

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Concurso Público para provimento de cargos de **Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

Em 1925, um estudante de farmácia e jovem poeta que assinava Carlos Drummond publicou um artigo afirmando que, em relação a Machado de Assis, o melhor a fazer era repudiá-lo. Cheio de ímpeto juvenil, considerava o criador de Brás Cubas um “entrate à obra de renovação da cultura geral”. Na correspondência que manteve com Mário de Andrade nas décadas de 1920 e 1930, Machado também teria papel crucial no embate acerca da tradição. Nas cartas, o escritor volta e meia surge como encarnação de um passado a ser descartado.

Décadas mais tarde, em 1958, Drummond publicou o poema “A um bruxo, com amor”, uma das mais belas homenagens de escritor para escritor na literatura brasileira. Um único verso dá a medida do elogio: “Outros leram da vida um capítulo, tu leste o livro inteiro”. O poema compõe-se de frases do escritor, cujo cinquentenário de morte então se comemorava. O poeta maduro, que agora assinava Carlos Drummond de Andrade, emprestava palavras do próprio Machado para compor um epíteto que ganharia ampla circulação, o “bruxo do Cosme Velho”. O que teria se passado com Drummond para mudar tão radicalmente de posição?

Harold Bloom descreve as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações. O processo passa pela ironia do mais jovem em relação ao seu precursor; pelo movimento que marca a construção de um sublime que se contrapõe ao do precursor; e, finalmente, pela reapropriação do legado.

A assimilação dificultosa do passado é também um processo vivido pela geração de Drummond. Os antepassados foram vistos muitas vezes como obstáculos aos desejos de renovação que emergiram a partir da década de 1910 em vários pontos do Brasil. E tanto no âmbito individual como no geracional, Machado surge como emblema do antigo. Alguém que fora sepultado com os elogios fúnebres de Rui Barbosa e Olavo Bilac não podia deixar de ser uma pedra no caminho para escritores investidos do propósito de romper com as convenções. Até Drummond chegar à declaração de respeito, admiração e amor, foi um longo percurso. Pouco a pouco, Machado deixa de ser ameaça para se tornar uma presença imensa que ocupa a imaginação do poeta.

(Adaptado de: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Amor nenhum dispensa uma gota de ácido**. São Paulo: Três Estrelas, 2019, p. 9-30.)

1. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) A admiração que Carlos Drummond de Andrade nutria por Machado de Assis na juventude esvai-se quando passa a vê-lo com olhos mais críticos na maturidade.
- (B) A geração de Carlos Drummond de Andrade via seus predecessores como empecilhos a um projeto de renovação cultural.
- (C) O autor demonstra sua admiração por escritores jovens que reconhecem em seus predecessores pessoas com quem têm muito a aprender.
- (D) O autor destaca que, embora dirimidas com o tempo, as divergências entre Machado de Assis e Carlos Drummond jamais foram superadas.
- (E) Segundo as ideias de Harold Bloom, a rivalidade entre Drummond e Machado é um fenômeno individual comum entre um escritor célebre e seu discípulo mais notório.

2. *Alguém que fora sepultado com os elogios fúnebres de Rui Barbosa e Olavo Bilac não podia deixar de ser uma pedra no caminho para escritores investidos do propósito de romper com as convenções. (4ª parágrafo)*

No comentário acima, Rui Barbosa e Olavo Bilac surgem como

- (A) herdeiros de uma cultura ultrapassada.
- (B) modelos a serem seguidos.
- (C) escritores dispostos a superar o convencional.
- (D) representantes de uma tradição a ser descartada.
- (E) representantes de um sistema literário arrojado.

3. Está mantido o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *encarnação de um passado a ser descartado* = personificação a ser considerada
- (B) *embate acerca da tradição* = ação arraigada no passado
- (C) *assimilação dificultosa* = difícil incorporação
- (D) *reapropriação do legado* = renovação do domínio
- (E) *propósito de romper com as convenções* = desejo de padronização das tradições



4. Atente para as afirmações abaixo.

- I. No 2º parágrafo, o ponto de interrogação pode ser suprimido por se tratar de pergunta a ser respondida a seguir.
- II. Sem prejuízo do sentido, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “renovação” em *foram vistos muitas vezes como obstáculos aos desejos de renovação que emergiram a partir da década de 1910*. (4º parágrafo)
- III. Sem prejuízo do sentido, a vírgula pode ser substituída por dois-pontos em: *emprestava palavras do próprio Machado para compor um epíteto que ganharia ampla circulação, o “bruxo do Cosme Velho”*. (2º parágrafo)
- IV. As vírgulas isolam um segmento explicativo em *Até Drummond chegar à declaração de respeito, admiração e amor, foi um longo percurso*. (4º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

5. O termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:

- (A) *O poema compõe-se de frases do escritor, cujos (do qual) *cinquentenário de morte então se comemorava.**
- (B) *correspondência que (à qual) *manteve com Mário de Andrade nas décadas de 1920 e 1930.**
- (C) *pelo movimento que (no qual) *marca a construção de um sublime que se contrapõe ao do precursor.**
- (D) *Harold Bloom descreve as razões que (nas quais) *marcam a relação entre escritores de diferentes gerações.**
- (E) *considerava o criador de Brás Cubas um “entreve à (para a) obra de renovação da cultura geral”.*

6. *Em 1925, um estudante de farmácia e jovem poeta que assinava Carlos Drummond publicou um artigo afirmando que, em relação a Machado de Assis, o melhor a fazer era repudiá-lo*. (1º parágrafo)

Sem prejuízo da correção, a redação alternativa em que se contemplam as principais informações do segmento acima está em:

- (A) Carlos Drummond, que em 1925 era um estudante de farmácia e jovem poeta, publicou um artigo no qual afirmam-se sobre Machado de Assis que seria melhor lhe repudiar.
- (B) O estudante de farmácia e jovem poeta, Carlos Drummond, publicou em 1925, a respeito de Machado de Assis, um artigo no qual afirmam-se que se deve repudiá-lo.
- (C) Em 1925, Carlos Drummond, um estudante de farmácia e jovem poeta, publica um artigo do qual afirmava que repudiar Machado de Assis é o melhor a ser feito.
- (D) Em artigo publicado em 1925, Carlos Drummond, à época um estudante de farmácia e jovem poeta, afirmou que Machado de Assis deveria ser repudiado.
- (E) Afirma Carlos Drummond em artigo que publicara em 1925, quando era estudante de farmácia e jovem poeta, que o melhor a fazer em relação a Machado de Assis era lhe repudiar.

7. *O poeta maduro, que agora assinava Carlos Drummond de Andrade, emprestava palavras do próprio Machado para compor um epíteto que ganharia ampla circulação...* (2º parágrafo)

O segmento sublinhado acima assinala no contexto noção de

- (A) causa.
- (B) finalidade.
- (C) consequência.
- (D) temporalidade.
- (E) conformidade.

8. *Harold Bloom descreve as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações*. (3º parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) são descritas.
- (B) descreve-se.
- (C) foi descrito.
- (D) tinha sido descrito.
- (E) eram descritas.



9. O segmento que traz uma opinião do autor do texto está em:

- (A) *considerava o criador de Brás Cubas um “entreve à obra de renovação da cultura geral” (1º parágrafo)*
- (B) *O processo passa pela ironia do mais jovem em relação ao seu precursor (3º parágrafo)*
- (C) *uma das mais belas homenagens de escritor para escritor na literatura brasileira (2º parágrafo)*
- (D) *“Outros leram da vida um capítulo, tu leste o livro inteiro” (2º parágrafo)*
- (E) *O poema compõe-se de frases do escritor (2º parágrafo)*

10. Está correta a redação deste livre comentário:

- (A) O ímpeto de renovação da cena cultural nacional, dificultou para toda uma geração no início do século, a assimilação de um legado.
- (B) Através de exemplos das cartas enviadas, notam-se a presença incômoda de Machado de Assis no desenvolvimento intelectual de Carlos Drummond.
- (C) Costuma-se considerar que, a rivalidade entre um jovem escritor e outro já consagrado deve-se a imaturidade do primeiro.
- (D) Em diversos momentos, Carlos Drummond criticou a transformação de Machado de Assis em uma celebridade literária.
- (E) Na maturidade, com palavras do próprio Machado de Assis, Carlos Drummond criou o epíteto “bruxo do Cosme Velho” cujo ficou bastante notório.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 16.

Lembrei-me dele e senti saudades... Tanto tempo que a gente não se vê. Dei-me conta da coisa rara que é a amizade. E, no entanto, é a coisa mais alegre que a vida nos dá.

Lembrei-me de um trecho de Jean-Christophe, que li quando era jovem, e do qual nunca esqueci. Romain Rolland descreve a primeira experiência com a amizade do seu herói adolescente. Já conhecera muitas pessoas nos curtos anos de sua vida. Mas o que experimentava naquele momento era diferente de tudo o que já sentira antes.

Um amigo é alguém com quem estivemos desde sempre. Pela primeira vez, estando com alguém, não sentia necessidade de falar. Bastava a alegria de estarem juntos.

“Christophe voltou sozinho dentro da noite. Nada via. Nada ouvia. Estava morto de sono e adormeceu apenas deitou-se. Mas durante a noite foi acordado duas ou três vezes, como que por uma ideia fixa. Repetia para si mesmo: ‘Tenho um amigo’, e tornava a adormecer.”

Jean-Christophe compreendia a essência da amizade. Amiga é aquela pessoa em cuja companhia não é preciso falar. Se o silêncio entre vocês lhe causa ansiedade, então a pessoa com quem você está não é amiga. Porque um amigo é alguém cuja presença procuramos não por causa daquilo que se vai fazer juntos, seja bater papo ou comer. Quando a pessoa não é amiga, terminado o alegre e animado programa, vêm o silêncio e o vazio, que são insuportáveis.

Com o amigo é diferente. Não é preciso falar. A amizade anda por caminhos que não passam por programas.

Um amigo vive de sua inutilidade. Pode até ser útil eventualmente, mas não é isso que o torna um amigo. Sua inútil e fiel presença silenciosa torna a nossa solidão uma experiência de comunhão. E alegria maior não pode existir.

(Adaptado de: ALVES, Rubem. **O retorno e terno**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 11-13)

11. Para o autor,

- (A) a perda de um amigo, conforme descreve no 1º parágrafo, foi para ele uma experiência marcante.
- (B) a cumplicidade da amizade é maior quando se compartilha intenso interesse por atividades culturais em comum.
- (C) verdadeiros amigos conseguem manter uma conversa animada por horas a fio.
- (D) amigo é aquele a quem se recorre e que oferece ajuda em momentos de necessidade.
- (E) quando se está diante de um verdadeiro amigo, o silêncio não causa desconforto.



12. *Tanto tempo que a gente não se vê.* (1º parágrafo)

O sentido da frase acima está mantido em discurso indireto do seguinte modo:

Ele percebeu que

- (A) há muito que já não haveremos de nos ver.
- (B) faria bastante tempo sem que nós nos víssemos.
- (C) haveria muito tempo que eles não tinham se visto.
- (D) houvera bastante tempo que não se verão.
- (E) fazia muito tempo que eles não se viam.

13. Infere-se que a personagem Christophe (4º parágrafo) acorda durante a noite devido ao sentimento de

- (A) solidão.
- (B) angústia.
- (C) entusiasmo.
- (D) expectativa.
- (E) arrependimento.

14. Os verbos que se encontram nos mesmos tempo e modo estão em:

- (A) *Mas o que experimentava naquele momento era diferente*
- (B) *mas era como se já tivessem sido amigos a vida inteira*
- (C) *Um amigo é alguém com quem estivemos desde sempre.*
- (D) *Repetia para si mesmo: “tenho um amigo”.*
- (E) *Dei-me conta da coisa rara que é a amizade.*

15. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- (A) **Pode** até ser útil eventualmente, mas não é isso que o torna um amigo.
- (B) terminado o alegre e animado programa, **vêm** o silêncio e o vazio, que são insuportáveis.
- (C) **Bastava** a alegria de estarem juntos.
- (D) A amizade anda por caminhos que não **passam** por programas.
- (E) Se o silêncio entre vocês lhe **causa** ansiedade

16. *E, no entanto, é a coisa mais alegre que a vida nos dá.* (1º parágrafo)

Sem prejuízo do sentido e da correção, o trecho sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) ao passo que
- (B) porquanto
- (C) embora
- (D) ainda assim
- (E) dado que

Noções de Legislação

17. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, compete ao Município

- (A) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental e de ensino médio.
- (B) promover a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, dos patrimônios cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, observadas as legislações federal e estadual.
- (C) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse local, incluídos o de transporte coletivo, iluminação pública e o de fornecimento local de gás canalizado, que têm caráter essencial.
- (D) coibir, no âmbito do território do Município, a exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, a ser disciplinada por lei específica.
- (E) promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, exigindo-se Alvará de Funcionamento para estabelecimentos industriais e templos religiosos.



18. Em relação às licenças, dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza que
- (A) a licença para tratamento de saúde depende unicamente de laudo do médico particular do servidor, e terá a duração que for indicada no respectivo documento.
 - (B) terminada a licença para tratamento de saúde, o servidor reassumirá o exercício no prazo máximo de três dias úteis.
 - (C) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida com a remuneração proporcional ao tempo de efetivo exercício.
 - (D) a licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro será concedida com a remuneração proporcional ao tempo de efetivo exercício.
 - (E) o servidor investido em mandato de Prefeito será considerado em licença e afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
-
19. Em relação às Comissões, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza dispõe que
- (A) às Comissões Permanentes cabe apenas discutir proposições relativas à matéria de sua competência, que serão votadas, em todos os casos, pelo Plenário.
 - (B) os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para compô-las, pelo período de um ano, permitida a recondução para o mesmo cargo independentemente de legislatura.
 - (C) uma das competências da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa é a de examinar a criação de novos bairros.
 - (D) as alterações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares decorrentes de mudanças de filiação partidária importarão em imediata modificação na composição das Comissões.
 - (E) a Câmara Municipal, a requerimento de um quinto de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e em seu Regimento.
-
20. Em relação à sanção e ao veto do Prefeito aos projetos de lei aprovados, a Lei Orgânica do Município de Fortaleza estatui que
- (A) o veto do Prefeito só pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores da Casa, em votação secreta.
 - (B) o Prefeito poderá vetar o projeto caso o considere contrário ao interesse público, mas se o considerar inconstitucional, ao invés de vetá-lo deverá ajuizar representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça.
 - (C) o veto será apreciado em dois turnos de discussão e votação, com o parecer da comissão pertinente.
 - (D) as Comissões Técnicas deverão se manifestar no prazo máximo de quarenta e oito horas antes da sessão de votação do veto e, não havendo manifestação, o veto será discutido e votado sem parecer.
 - (E) o veto será apreciado pela Câmara dentro do prazo de quinze dias, contado de sua leitura em Plenário.
-
21. No que se refere às sessões, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, dispõe que
- (A) as sessões temáticas se destinam à discussão de assuntos específicos, de alto interesse do legislativo ou que envolvam problemas que afetam à população em geral.
 - (B) as sessões ordinárias terão início às 9h, sendo procedida a segunda chamada às 9h15min, tendo a duração de três horas, das segundas-feiras às quintas-feiras.
 - (C) o Pequeno Expediente terá a duração máxima de uma hora e destina-se inicialmente ao uso da palavra pelos vereadores, previamente inscritos em livro próprio.
 - (D) a Explicação Pessoal destina-se a franquear o uso da palavra, por tempo improrrogável e sem apartes, a representantes de entidades associativas formalmente constituídas ou pessoas residentes no Município.
 - (E) o Grande Expediente terá início ao esgotar-se a Ordem do Dia, presente um terço dos Vereadores, e terá duração máxima de cento e vinte minutos.
-
22. De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, é proibido ao servidor
- (A) cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, em quaisquer hipóteses.
 - (B) retirar qualquer documento ou objeto da repartição, ainda que com prévia anuência de qualquer autoridade.
 - (C) exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comandatário.
 - (D) filiar-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político.
 - (E) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, devendo sempre proceder de forma desidiosa.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

23. Considere a sequência numérica em que o primeiro termo é 1, o segundo termo é um inteiro positivo k , e os demais termos são definidos como a soma de todos os termos anteriores, isto é, $a_n = a_{n-1} + \dots + a_1$. Se o 13º termo é 6144, o valor de k é
- (A) 8
(B) 6
(C) 3
(D) 4
(E) 5
-
24. Algumas raposas estão comendo os ovos de um depósito. No primeiro dia elas comeram $\frac{1}{8}$ dos ovos. No segundo dia elas comeram $\frac{1}{5}$ dos ovos que sobraram e no terceiro dia comeram $\frac{1}{3}$ dos ovos que ainda restaram. Nesses três dias nenhum ovo foi repostado ou retirado do depósito. A fração dos ovos que inicialmente estavam no depósito e que sobraram intactos é
- (A) $\frac{7}{15}$
(B) $\frac{119}{120}$
(C) $\frac{7}{120}$
(D) $\frac{1}{24}$
(E) $\frac{1}{36}$
-
25. A soma de 6 números inteiros consecutivos é igual à soma dos 3 inteiros consecutivos que sucedem imediatamente o último termo da primeira soma. Essa soma vale
- (A) 27
(B) 28
(C) 31
(D) 30
(E) 24
-
26. Um cubo de arestas medindo 3 cm foi formado por 27 cubinhos brancos de arestas medindo 1 cm. Após montado, esse cubo teve todas suas faces pintadas de azul. Em seguida, o cubo foi desmontado, e restaram cubinhos com faces pintadas de branco ou azul. O total de cubinhos com exatamente duas faces pintadas de azul é
- (A) 15
(B) 6
(C) 8
(D) 12
(E) 1

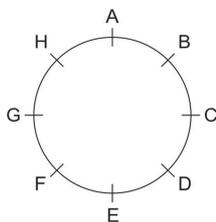
27. Aldo, Bento e Chico são donos de um imóvel em sociedade. Aldo é proprietário de $\frac{1}{3}$ do imóvel, Bento é proprietário de $\frac{1}{4}$ do imóvel e Chico é proprietário da fração restante. Chico decidiu sair da sociedade e vendeu sua parte aos outros dois sócios de modo que, após a venda, a proporção entre a parte do imóvel de propriedade de Aldo em relação à parte do imóvel de propriedade de Bento se mantivesse igual à mesma proporção de antes da venda. Assim, a proporção do imóvel que Chico vendeu a Aldo foi de

- (A) $\frac{5}{24}$
- (B) $\frac{5}{21}$
- (C) $\frac{5}{36}$
- (D) $\frac{3}{4}$
- (E) $\frac{1}{3}$

28. Os 72 alunos de uma escola devem, nas aulas de educação física, participar de treinos em uma, duas ou três modalidades esportivas, entre futebol, atletismo e natação. Sabendo que 33 alunos treinam futebol, 34 treinam atletismo e 26 treinam natação, e que 4 alunos treinam as três modalidades, o número de alunos que treinam exatamente duas modalidades é

- (A) 27
- (B) 16
- (C) 19
- (D) 22
- (E) 13

29. Marcelo e Samanta desenharam, na quadra de sua escola, uma circunferência com letras, como na figura abaixo.



Eles brincam de saltar de uma letra para outra letra vizinha toda vez que uma moeda é lançada segundo a seguinte regra: se o resultado do lançamento for cara, Marcelo salta no sentido horário para a letra vizinha de onde ele está e Samanta fica parada. Se o resultado for coroa, Samanta salta no sentido anti-horário para uma letra vizinha de onde ela está e Marcelo fica parado. Marcelo começa em A e Samanta em E. Após 70 lançamentos da moeda que resultaram em exatamente 37 caras, Marcelo e Samanta estarão, respectivamente, nas letras

- (A) F e E
- (B) H e C
- (C) F e D
- (D) G e D
- (E) A e E

30. Se 16 máquinas produzem 7.056 metros de tecido em 18 dias, então, supondo que cada uma das máquinas produz a mesma quantidade de tecido por dia, o número de máquinas necessário para produzir 10.829 metros de tecido em 17 dias é

- (A) 25
- (B) 24
- (C) 27
- (D) 26
- (E) 28



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A tabela abaixo apresenta, na coluna da esquerda, cinco princípios que norteiam a administração pública; e na coluna da direita, apresenta cinco exemplos de ações administrativas que ferem esses princípios.

Princípios	Ações
1. Legalidade	I. em uma licitação do Governo Federal para compra de papel para escritório, todos os atos praticados na fase externa do processo licitatório (proposta, lances, habilitação, adjudicação e homologação) correram sigilosamente.
2. Impessoalidade	II. um fiscal de um órgão ambiental estadual deixa de autuar uma empresa que necessita de um licenciamento ambiental e opera sem possuí-lo.
3. Moralidade	III. a Secretaria da Fazenda de dado município brasileiro designou nominalmente um dado munícipe em sua dotação orçamentária, para pagamento a este de precatórios judiciais.
4. Publicidade	IV. a Secretaria Estadual de Saúde de dado estado negligencia programas de capacitação de uma nova equipe de agentes de saúde para uma campanha de combate a focos do vetor da febre amarela.
5. Eficiência	V. um funcionário da Secretaria de Obras de dado município atende a pedidos de recapeamento de ruas mediante o recebimento direto de valor em espécie pago pelo solicitante do serviço.

A alternativa que apresenta a relação correta entre cada um dos princípios com cada um dos exemplos de ações administrativas que os ferem é

- (A) 1-I; 2-II; 3-IV; 4-III; 5-V.
 (B) 1-II; 2-III; 3-V; 4-I; 5-IV.
 (C) 1-III; 2-V; 3-I; 4-IV; 5-II.
 (D) 1-IV; 2-I; 3-II; 4-V; 5-III.
 (E) 1-V; 2-IV; 3-III; 4-II; 5-I.
-
32. Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na concepção de uma proposta de orçamento público. Dos princípios elencados abaixo, o único que apresenta caracterização INCORRETA é
- (A) Universalidade – o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.
 (B) Periodicidade – o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período, geralmente um ano.
 (C) Exclusividade – a lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira.
 (D) Publicidade – o conteúdo orçamentário deve ser divulgado (publicado) nos veículos oficiais de comunicação para conhecimento do público e para eficácia de sua validade.
 (E) Unidade – as receitas e as despesas devem aparecer de forma discriminada, de tal forma que se possam saber, pormenorizadamente, as origens dos recursos e sua aplicação.
-
33. A respeito da discricionariedade administrativa, na Administração Pública brasileira, afirma-se que
- (A) pode ser conceituada como uma liberdade de escolha da conduta administrativa a ser adotada, a partir de um universo de condutas admitidas como válidas pela ordem jurídica vigente.
 (B) sua redução objetiva afastar uma possível automatização do comportamento da Administração, que poderia dar causa a uma atuação estatal em descompasso com o interesse público, por causa do engessamento decisório que a discricionariedade gera.
 (C) com o advento do Estado de Direito, quando se consagrou a submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade, aquela se vê ampliada, ao arrepio da lei.
 (D) com a promulgação da Carta de 1988, aquela se vê tratada como uma ação administrativa com poderes ilimitados.
 (E) com a consagração da vinculação da administração pública ao princípio da legalidade, e mais, à juridicidade administrativa, desenvolveu-se um âmbito muito mais livre de apreciação e ação concedidas ao administrador.
-
34. Com base nos preceitos da Constituição Federal do Brasil de 1988, afirma-se que o ciclo orçamentário
- (A) não contempla uma fase de autorização legislativa.
 (B) permite uma autonomização das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), com elaboração estante às fases do ciclo.
 (C) pode ser definido como uma série de passos, que se repetem em períodos prefixados, segundo os quais os orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados e as contas julgadas.
 (D) contempla apenas o planejamento orçamentário de curto prazo, referindo-se, exclusivamente, à elaboração de planos anuais.
 (E) contempla a fase de proposição de metas e prioridades e de formulação de políticas de alocação de recursos, com a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Legislativo.



35. A Constituição Federal de 1988, pelo seu artigo 167, parágrafo 1º, dispõe: "*Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade*".
- Tal disposição sinaliza
- (A) a definição do PPA como instrumento com forte poder ordenador da fase de elaboração do orçamento.
 - (B) um processo de orçamentação que desvincula o curto e o médio prazos de planejamento.
 - (C) a eliminação da fase de apreciação e autorização legislativa do ciclo orçamentário.
 - (D) a supressão da fase de execução dos orçamentos aprovados.
 - (E) o desdobramento da Lei Orçamentária Anual (LOA) em orçamentos distintos.
-
36. Tendo por base a Lei Federal nº 4.320/1964, no tocante ao orçamento público, temos que
- (A) esta exclui da Lei de Orçamentos todas as receitas emanadas de operações de crédito.
 - (B) a Lei de Orçamento deverá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
 - (C) as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, descontadas todas as deduções.
 - (D) o Poder Executivo deverá escolher autonomamente, em casos de déficit, dispensando previsão na Lei Orçamentária, as fontes de recurso que irá utilizar para atender a sua cobertura.
 - (E) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
-
37. Proibidade administrativa e discricionariedade administrativa são conceitos que estão relacionados,
- (A) pois todo ato discricionário é tido como ímprobo perante a Lei.
 - (B) uma vez que se faz necessária a mitigação do poder do agente público perante a característica de arbitrariedade contida na essência dos atos discricionários.
 - (C) porque a discricionariedade constitui-se, pura e simplesmente, como o resultado da norma jurídica positiva poder determinar sempre que providência atende com precisão o resultado objetivo necessário à ordem normativa.
 - (D) visto que um agente público, ao materializar o ato discricionário e não observar os deveres morais e de honestidade para com a Administração Pública, está sujeito a responder por ato de improbidade administrativa nos termos da Lei.
 - (E) pois a atuação administrativa não deve guardar correspondência e proporção com os motivos de sua existência.
-
38. Considerado um instrumento básico do planejamento de ação do governo, o chamado orçamento-programa
- (A) apresenta os propósitos para os quais a Administração solicita os recursos necessários sem, no entanto, identificar os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos, e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.
 - (B) não necessita estar vinculado aos planos e às diretrizes macros de governo, ou seja, não é preciso que ele esteja integrado ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - (C) vincula o orçamento ao planejamento, devendo mostrar os objetivos e as metas para os quais se solicitam as dotações orçamentárias.
 - (D) foi instituído no Brasil a partir da Constituição de 1988, que consagrou as funções de planejamento e orçamento público.
 - (E) tem sua elaboração, sua execução e seu controle baseados na classificação por programas globais, sem considerar as especificidades no nível das atividades.
-
39. No Brasil o modelo orçamentário definido na Constituição Federal de 1988 é composto pelo Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. A Lei Orçamentária anual
- (A) contempla o Orçamento Fiscal, que abrange o poder da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (B) compreende o Orçamento da Seguridade Social, que abrange todas as entidades e órgãos vinculados à seguridade social, da Administração direta e indireta, excluídos os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - (C) inclui as programações de estatais cujos trabalhos integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social, dentro do Orçamento de Investimentos de Estatais.
 - (D) permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e quem são os beneficiários desses recursos, sempre levando em conta o período de quatro exercícios financeiros consecutivos.
 - (E) tem como papel ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento.



40. Sobre os três grandes instrumentos que compõem o modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, considere:
- I. O Plano Plurianual (PPA) tem abrangência máxima de dois anos.
 - II. A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.
 - III. O Plano Plurianual (PPA), ao identificar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre a LDO, que funciona como um plano de médio prazo do governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.
 - IV. O planejamento expresso no Plano Plurianual (PPA) assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais.
 - V. É papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ajustar as ações de governo, previstas no Plano Plurianual (PPA), às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I e II.
- (E) I, II, III e IV.

41. A Lei Complementar nº 101/2000 "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal...". Com base no artigo 2º desta legislação,
- (A) para o cálculo da Receita Líquida dos Estados deve-se deduzir do total de receitas recebidas as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
 - (B) são entes da Federação somente a União e o Distrito Federal.
 - (C) para o cálculo da Receita Líquida dos Estados deve-se deduzir do total de receitas recebidas as parcelas entregues aos Municípios e à União por determinação constitucional.
 - (D) devem ser consideradas entes da Federação Empresa Controlada por ente da Federação e empresa estatal dependente.
 - (E) para apurar a receita corrente líquida deve-se somar, às receitas arrecadadas no mês em referência, as arrecadadas nos doze meses anteriores.

42. O Capítulo II da Lei Complementar nº 101/2000 refere-se ao Planejamento, abordando regras referentes à Lei das Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas. Em relação à mencionada legislação, considere:
- I. A Lei das Diretrizes Orçamentárias deve dispor, dentre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
 - II. A Reserva de Contingências terá sua forma de utilização e montante estabelecidos no Plano Plurianual.
 - III. Constitui receita do Tesouro Nacional o resultado apurado pelo Banco Central do Brasil após a constituição ou reversão das reservas.
 - IV. Os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais serão identificados pela execução orçamentária e financeira.
 - V. O projeto de Lei Orçamentária Anual, dentre outros assuntos, conterà a reserva legal, definida com base na receita corrente líquida.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, IV e V.



43. Em relação à Receita e Despesa Pública,
- (A) a despesa total de pessoal em cada período de apuração será de 60% (sessenta por cento) para União e Estados, e 50% (cinquenta por cento) para Municípios.
 - (B) o total previsto para as receitas de operação de crédito só poderá ser maior que o total de despesas de capital do projeto de lei orçamentária.
 - (C) conforme prazo previsto no Art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas previstas serão desdobradas pelo poder Legislativo, em metas bimestrais de arrecadação.
 - (D) em relação à repartição dos limites das despesas totais com pessoal dos Estados, o valor destinado ao poder Judiciário não poderá exceder 6% (seis por cento).
 - (E) em relação à repartição dos limites das despesas totais com pessoal da União, o valor destinado ao poder Executivo não poderá exceder 54% (cinquenta e quatro por cento).
-
44. Em relação a Classificação das despesas orçamentárias, considere:
- I. Órgão orçamentário e unidade orçamentária são níveis hierárquicos da classificação institucional da despesa orçamentária.
 - II. A classificação institucional separa as dotações orçamentárias em funções e subfunções.
 - III. A classificação funcional é independente dos programas e permite a consolidação nas três esferas do governo.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) III.
 - (E) II.
-
45. Em relação às transferências voluntárias, o Art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece:
- (A) Sempre que necessário serão realizadas para o Sistema Único de Saúde.
 - (B) Em algumas situações são decorrentes de determinação constitucional.
 - (C) A transferência voluntária da União para os demais entes deve estar prevista no orçamento da União.
 - (D) Sempre serão realizadas a título de auxílio ou assistência financeira.
 - (E) Referem-se à entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação.
-
46. A destinação dos Recursos Públicos para o Setor Privado é abordada na Lei Complementar nº 101/2000 nos Artigos 26 a 28. Em relação a esta destinação é correto afirmar:
- (A) Os refinanciamentos e as prorrogações de dívidas não compreendem o conjunto de recursos públicos destinados ao setor privado, visto que já foram contabilizados neste grupo anteriormente.
 - (B) Esta destinação de recursos, seja para pessoa física ou jurídica, deve ser autorizada por lei geral, atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e possuir previsão em orçamento ou créditos adicionais.
 - (C) Os créditos concedidos por ente de Federação a pessoas físicas ou jurídicas, que não estejam sob seu controle direto ou indireto, terão valores de encargos financeiros, comissões e despesas congêneres iguais ou superiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
 - (D) Sempre que previsto no orçamento do ente da Federação, os recursos públicos poderão ser utilizados também para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.
 - (E) Esta destinação de recursos, seja para pessoa física ou jurídica, quando autorizada por lei específica e atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, dispensa a previsão em orçamento ou créditos adicionais.
-
47. Segundo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2ª ed.: “São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente”. Sobre as despesas, é correto afirmar:
- (A) No início do exercício subsequente, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão registradas em restos a pagar.
 - (B) São divididas em dois tipos: despesas já liquidadas e despesas a liquidar ou em liquidação.
 - (C) Despesas não liquidadas, porém com o prazo para cumprimento da obrigação assumida com o credor ainda vigente, deverão ser inscritas em restos a pagar.
 - (D) As despesas liquidadas e não pagas durante o exercício financeiro devem ser inscritas em restos a pagar não processados.
 - (E) Quanto às despesas inscritas em restos a pagar não processados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação.



48. Com base no Art. 29 da Lei Complementar nº 101/2000, relacione cada um dos termos da coluna à esquerda com a sua definição na coluna da direita:

Termo	Definição
1. dívida pública consolidada ou fundada	I. Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
2. dívida pública mobiliária	II. Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
3. operações de crédito	III. Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
4. concessão de garantia	IV. Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
5. refinanciamento da dívida mobiliária	V. Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Corresponde, correta e respectivamente, aos termos da coluna à esquerda, na ordem dada:

- (A) I, III, V, II e IV.
 (B) III, I, V, IV e II.
 (C) III, II, V, IV e I.
 (D) III, I, V, II e IV.
 (E) V, I, III, II e IV.

49. "É vedada a aplicação da receita ^I derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o ^{II} de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de ^{III} social, geral e próprio dos servidores públicos."

Considerando o Art. 44 da Lei nº 101/2000, completa os espaços I, II e III, respectivamente, o que se encontra em:

- (A) de capital – orçamento – competência.
 (B) de capital – orçamento – previdência.
 (C) corrente – financiamento – competência.
 (D) corrente – financiamento – previdência.
 (E) de capital – financiamento – previdência.

50. Em relação à Transparência, Controle e Fiscalização abordados nos Artigos 48 a 59 da Lei Complementar nº 101/2000, está correto o que se encontra em:

- (A) Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio são documentos relacionados à transparência da gestão fiscal e terão ampla divulgação de acesso público.
 (B) A transparência será assegurada mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, no mês subsequente, de informações relevantes relacionadas à execução orçamentária e financeira.
 (C) A consolidação nacional e por esfera de governo, referente às contas dos entes da Federação relacionadas ao exercício anterior, será promovida pelo poder Executivo da União até 31 de março.
 (D) Será emitido pelos Tribunais de Contas, após noventa dias do recebimento, um parecer prévio conclusivo sobre as contas; diferentes prazos podem ser estabelecidos nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
 (E) As normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 serão fiscalizadas direta e exclusivamente pelo Poder Legislativo.

51. Com relação às Receitas Orçamentárias,

- (A) são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que diminuem o saldo financeiro da instituição pública.
 (B) são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.
 (C) pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e, via de regra, não estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
 (D) a Lei nº 4.320, de 1964, determina que se classifique como receita orçamentária toda receita arrecadada que porventura represente ingressos financeiros orçamentários, inclusive se provenientes de operações de crédito por antecipação de receita – ARO.
 (E) todas as receitas orçamentárias devem estar registradas na Lei de Orçamento pelos seus valores líquidos, isto é, devem ser consideradas as respectivas deduções.



52. As receitas orçamentárias podem ser classificadas conforme sua categoria econômica, origem, espécie, desdobramento para identificação de peculiaridade e tipo. Podem ser classificadas também por esfera orçamentária. A esse respeito,
- (A) a Lei nº 4.320/1964, em seus parágrafos 1º e 2º do Artigo 11, classifica as receitas orçamentárias, de acordo com sua origem, em "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital".
 - (B) receitas orçamentárias correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas.
 - (C) receitas orçamentárias de capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários com vistas a satisfazer finalidades públicas.
 - (D) a categoria econômica das receitas é o detalhamento das origens das mesmas e tem a finalidade de identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.
 - (E) a classificação por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento da Seguridade Social ou ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

53. Com relação às Receitas, avalie as informações da tabela abaixo.

Origens das Receitas	Valores das receitas
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	\$ 250 milhões
Operações de Crédito	\$ 50 milhões
Alienação de Bens	\$ 100 milhões
Receita Patrimonial	\$ 18 milhões
Transferências de Capital	\$ 80 milhões
Receita Agropecuária	\$ 120 milhões
Receita Industrial	\$ 140 milhões
Amortização de Empréstimos	\$ 20 milhões

Com base no quadro acima, a alternativa que contém, respectivamente, os valores das Receitas Correntes e das Receitas de Capital é:

- (A) \$ 578 milhões e \$ 200 milhões.
 - (B) \$ 528 milhões e \$ 250 milhões.
 - (C) \$ 250 milhões e \$ 528 milhões.
 - (D) \$ 510 milhões e \$ 268 milhões.
 - (E) \$ 370 milhões e \$ 408 milhões.
54. As etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos. A esse respeito, considere:
- I. As etapas das receitas orçamentárias se resumem em: Previsão, Lançamento, e Recolhimento.
 - II. A Previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa Previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - III. A Arrecadação é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.
 - IV. Não são todas as receitas orçamentárias que passam por todas as etapas da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas não previstas.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III, e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.

55. Despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Sobre Despesas Públicas, é correto afirmar:
- (A) As Despesas Públicas, ao contrário das Receitas Públicas, podem ser classificadas em despesas orçamentárias e despesas extraorçamentárias.
 - (B) Despesa Orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada. Pagamentos de restos a pagar e resgate de operações de crédito por antecipação de receita são exemplos de Despesas Orçamentárias.
 - (C) A classificação funcional das despesas segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, indicando a área do governo em que a despesa será realizada.
 - (D) Com relação à classificação institucional, a despesa pública está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e órgão extraorçamentário.
 - (E) As dotações das despesas são consignadas aos órgãos orçamentários, que são os responsáveis pela realização das ações.



56. As despesas públicas podem ser classificadas de acordo com vários aspectos. Com relação à classificação das despesas por estrutura programática, está INCORRETO o que se afirma em:
- (A) Toda ação do Governo está estruturada em programas de trabalho orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos. Assim, todos os entes públicos devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, sendo que cada um desses entes estabelece seus próprios programas e ações.
 - (B) O Programa serve de elo entre o Plano Plurianual (PPA) e o orçamento e é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade.
 - (C) Os programas de trabalho contêm informações qualitativas e quantitativas, que podem ser físicas financeiras.
 - (D) As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como operacionais e extraoperacionais.
 - (E) As ações são operações das quais resultam os bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa.
-
57. A respeito das Despesas Públicas, está correto o que se encontra em:
- (A) as despesas, de acordo com a esfera orçamentária, podem pertencer ao orçamento fiscal, ao orçamento tributário, ao orçamento da seguridade social ou ainda ao orçamento de investimento.
 - (B) as despesas, de acordo com sua categoria econômica, dividem-se em despesas correntes e despesas de capital.
 - (C) as despesas correntes são as que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e dividem-se em despesa de custeio e inversões financeiras.
 - (D) as despesas com pessoal ativo e inativo e os respectivos encargos sociais e ainda os juros da dívida pública são despesas de custeio, pertencentes ao grupo de despesas correntes.
 - (E) amortização da dívida pública, concessão de empréstimos e subvenções econômicas são exemplos de despesas de capital.
-
58. Com relação às etapas das Despesas Públicas:
- (A) a fixação da despesa, que faz parte do processo de planejamento, refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base no que o governo precisa desembolsar para atender às necessidades e aos anseios da população.
 - (B) a execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em cinco estágios: fixação, empenho, liquidação, pagamento e contestação.
 - (C) o empenho consiste na promessa efetiva de pagamento, sendo formalizado através de um compromisso assinado pelos representantes do órgão público, assegurado ao credor que ele receberá efetivamente o valor das despesas.
 - (D) a licitação é a fase que precede o empenho das despesas e tem a finalidade de verificar junto aos fornecedores quem oferece as melhores condições ao órgão público (preço, prazo de entrega, formas de pagamento).
 - (E) quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, sendo vedada sua anulação parcial.
-
59. Com relação à execução da despesa pública:
- (A) os empenhos podem ser classificados em ordinário, estimativo e global.
 - (B) o Empenho Estimativo é o empenho utilizado para as despesas cujo montante se pode determinar previamente, tomando-se como base os gastos de outros períodos ou os gastos de outras unidades governamentais.
 - (C) o Empenho Global corresponde ao tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
 - (D) o pagamento da despesa refere-se ao segundo estágio das despesas, consiste na entrega de numerário ao credor e deve ser efetuado antes da liquidação da despesa.
 - (E) a liquidação se refere ao terceiro estágio da despesa pública e consiste na recepção de um documento pelo credor, onde ele atesta que o órgão público liquidou todas as obrigações que devia a ele.
-
60. A Lei nº 4.320/1964, nos artigos 36 e 37, faz distinção de Resto a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores. A esse respeito, é correto afirmar:
- (A) Restos a Pagar são as despesas empenhadas, liquidadas e pagas em um exercício, mas que se referem a fatos que ocorreram no exercício anterior.
 - (B) Despesas de Exercícios Anteriores são despesas regularmente empenhadas no exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.
 - (C) Existem dois tipos de Restos a Pagar: os processados e os não processados, sendo que o que distingue os dois tipos é o exercício em que as despesas foram empenhadas.
 - (D) A prefeitura do município X contratou um serviço no final do exercício de 2018 e emitiu o empenho, mas o serviço só foi prestado no início do exercício de 2019. Ao encerrar o exercício, a prefeitura deve contabilizar o valor da despesa na conta contábil Restos a Pagar de Despesa Não Processada.
 - (E) Um órgão governamental tem a política de estimular a formação acadêmica de seus servidores, reembolsando mensalmente os valores gastos com educação. No início do exercício de 2019, os servidores apresentaram, para reembolso, os recibos de pagamento da competência de dezembro de 2018. O citado órgão deve contabilizar essa despesa em Restos a Pagar de Despesa Processada.

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

A inserção produtiva dos jovens consolida-se como um grande desafio. Trata-se de um público mais vulnerável, que enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho e tende a encontrar ocupações precárias, situação agravada, em muitos países, pela fragilidade da formação educacional de grande parte da população. Como consequência, é um público mais propenso à situação de desemprego – e de desemprego a longo prazo.

(Adaptado de: GUMARÃES, A. Q. & ALMEIDA, M. E. **Os jovens e o mercado de trabalho**. Disponível em: periodicos.falar.unip.br)

II

Segundo um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um em cada cinco jovens de 15 a 24 anos na região da América Latina procura trabalho e não encontra. A taxa de desocupação (19,6%) entre os jovens é três vezes superior à da população adulta (maiores de 25 anos), de 6,3%. “Isso ameaça o presente, pelo desalento, e impacta a coesão social dos nossos países”, salientou o diretor regional interino da OIT, Carlos Rodríguez.

(Adaptado de: **El País**. Disponível em: brasil.elpais.com)

III

Há coesão social quando temos um grupo composto por indivíduos que compartilhem objetivos, ações, ideias e crenças. É esse compartilhamento que possibilita a existência do grupo. O inverso de coesão social seria a desintegração social, o que causaria a consequente extinção do grupo social.

(Adaptado de: BODART, C. das N. **Conceito de coesão social**. Disponível em: cafecomsociologia.com)

Considerando as informações acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Os jovens no mercado de trabalho: vulnerabilidade e coesão social

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	